

# O Significado Histórico da Economia Política<sup>1</sup>



Pedro de Alcântara Figueira<sup>2</sup>

Os economistas políticos são a vanguarda avançada de um período histórico em que se encontram em luta encarniçada, em quase toda a Europa, as forças medievais, em parte já combalidas, e novas forças que surgem precisamente da impossibilidade da civilização medieval continuar a encontrar soluções, dentro dos seus quadros institucionais, para questões que exigiam uma tomada de posição radical. Não devemos incorrer no erro, tão frequente, de considerar como verdadeiros os postulados da Economia Política apenas por que eles se mostraram superiores aos princípios que regiam a vida na Idade Média. Se não levarmos na devida conta o momento em que nasceram as verdades que se constituíram num corpo científico conhecido como Economia Política, por certo estaremos deixando de lado o que esta questão histórica tem de mais importante.

Os princípios desta nova ciência começaram a se insinuar na vida de um número significativo de indivíduos, e a ocupar um espaço que se encontrava reservado quase que exclusivamente à religião, no momento em que novas forças começam a romper o invólucro que protegia a sociedade medieval europeia. Um golpe mortal dado contra esta sociedade foi a descoberta do Novo Mundo. Daí data uma nova história para a Europa e para o mundo. Raynal resumirá tudo o que ela significou para a humanidade ao afirmar que:

Não houve acontecimento mais interessante para a espécie humana em geral, e para os povos da Europa em particular, do que a descoberta do Novo Mundo e a passagem para as Índias pelo Cabo da Boa Esperança. Começou, então, uma revolução no comércio, no poderio das nações, nos costumes, na indústria e no

---

<sup>1</sup> Introdução ao livro FIGUEIRA, Pedro de Alcântara (org.). **Economistas Políticos**. São Paulo: Musa Editora; Curitiba: Segesta Editora, 2001, p. 11-30.

<sup>2</sup> Historiador e professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos.

governo de todos os povos. Foi neste momento que os homens das regiões mais distantes se aproximaram graças a novas relações e a novas necessidades. Os produtos das regiões subequatoriais são consumidos nas regiões próximas ao polo, os produtos industriais do Norte são transportados para o Sul, os tecidos do Oriente transformaram-se em luxo entre os ocidentais, e por toda parte os homens trocam entre si as suas opiniões, as suas leis, os seus usos, as suas doenças, os seus remédios, as suas virtudes e os seus vícios.<sup>3</sup>

Quando a sociedade feudal entra em crise, entra também em crise a sua concepção de como o homem produz a sua existência. É completa a crise da concepção religiosa que faz a existência humana derivar da vontade divina. Ao contrapor o trabalho, por ele entendido como fonte de toda a vida, à propriedade de origem divina, Locke assesta o golpe derradeiro contra a concepção de mundo feudal. Por esta razão é que a Economia Política faz derivar todos os seus princípios daqueles princípios que Locke tinha estabelecido como sendo os fundamentos de uma nova convivência entre os homens. Segundo ele, cada indivíduo é responsável pela sua existência, que lhe é dada pelo seu trabalho, ou seja, pela capacidade que cada qual tem em seu próprio corpo de prover a sua subsistência. Com este princípio se abandona a Teologia como explicação da origem e conservação da vida humana. A Teologia passa a ser assunto dos teólogos:

O espírito teológico era, por assim dizer, o sangue que circulava nas veias do mundo europeu até Bacon e Descartes. Aquele, na Inglaterra, e este, na França, foram os primeiros a encaminharem a inteligência para fora da senda teológica.<sup>4</sup>

A exaltação que Locke faz do trabalho tem uma razão histórica muito precisa. Por que razão a época nova que surge identifica a vida com trabalho e encontra na atividade produtiva todos os elementos explicativos da própria vida? A resposta a esta pergunta está na literatura da época. A nobreza, a classe dominante de então, aquela que em outras épocas dizia como era a vida e como ela devia ser conquistada, não conseguia, agora, livrar-se das fantasias que toda classe decadente cria a respeito da existência real. Não podendo mais dirigir as forças sociais, pois estas já começam a tomar um rumo que contraria a sua existência como classe dominante, a aristocracia europeia repele a atividade produtiva como algo contrário à existência, confundindo, evidentemente, a sua existência com a existência geral de todos os indivíduos. É preciso dizer que, assim

---

<sup>3</sup> RAYNAL, G. Th. *Histoire Philosophique & Politique des Deux Indes*. Paris: François Maspero, La Découverte. Avertissement et choix des textes par Yves Benot, 1981, p. 13.

<sup>4</sup> GUIZOT. *Histoire Générale de Civilization em Europe*. Bruxelas: Langlet et Comp., 1838, p. 209-10.

procedendo, a aristocracia não estava de todo equivocada, pois, para uma determinada forma social, são os interesses da classe dominante que determinam não apenas como a vida é, mas também como ela deve ser. O que importa assinalar aqui é que a aristocracia não estava *mais* em condições de dizer como a vida é, e menos ainda como ela deveria ser.

Nas palavras da Fisiocracia francesa, esta classe passa a se identificar com o **non-valeur**. Nem é necessário relembrar que a Economia Política nasce como porta-voz de uma aspiração que se confunde com a exaltação do direito à vida. Isto não significa que as suas proposições sejam, por isso, universalmente aceitas. Elas são, muito pelo contrário, rechaçadas e rebatidas, todas elas, por todos aqueles interesses que se sentem ameaçados. Os interesses que começam a se expressar na forma de Economia Política se destacam do conjunto da sociedade feudal e passam a falar a linguagem daqueles setores sociais que se sentem sufocados pela teia de regulamentações que toda sociedade em crise terminal inventa para prolongar os seus dias. Em torno desses interesses vão se organizando todos aqueles cuja existência se vê ameaçada pelas antigas instituições. A ciência que nasce é, portanto, filha desse embate. Só quando alguns agrupamentos sociais, nascidos deste confronto, se sentem suficientemente fortes para expressar com certa independência o seu pensamento é que surge a necessidade de ordenar o pensamento segundo regras diferentes e opostas àquelas que até então constituíam a verdade social. É como expressão teórica dos anseios desses novos agrupamentos que uma nova ciência começa a despontar nos horizontes de uma Europa inteiramente convulsionada.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Só quando li os escritos históricos de Voltaire sobre as guerras que assolaram a Europa durante um longo período é que entendi a verdadeira dimensão da afirmação feita por Platão, nas *Leis*, segundo a qual toda guerra é uma guerra civil. Dos longos relatos feitos por Voltaire se depreende que as intermináveis guerras que então convulsionaram praticamente todo o território europeu tinham um forte conteúdo social e que, em boa medida, elas foram formas de eliminação de classes e segmentos de classes que, por outro modo, ou simplesmente pela via política, não teriam sido desalojadas de sua situação anterior. Em meio à guerra surgem novas classes, inicialmente confundidas com os militares. A própria duração dessas guerras, elas são quase seculares, se explica por este seu aspecto social, pois, mesmo quando decadentes, os interesses de classe só se deixam vencer depois de um longo período em que se vêem acuados por todos os lados.

Raynal, em sua enciclopédica *Histoire philosophique et politique des deux Indes*, diz o seguinte a respeito do caráter social das guerras deste período:

“As guerras não tendiam a tornar os Estados maiores, mas mais submissos os súditos, substituindo, paulatinamente, a autoridade moderada e lenta das leis e dos costumes pelo governo militar. Todos os potentados fortaleceram as suas tiranias quer quando realizaram conquistas, quer em caso de perdas. Vitoriosos, reinaram com os exércitos; humilhados e derrotados, dominaram, por meio da miséria, súditos pusilânimes. Movidos pela ambição, eles se tornaram inimigos ou invejosos uns dos outros. O único motivo

A Economia Política é, portanto, filha da história moderna. Dizer isto significa entender que ela não surgiu da cabeça dos economistas políticos, pois mesmo estes só se tornaram tais precisamente porque tomaram posição neste processo de luta. Situar historicamente a Economia Política significa também entender que os seus princípios, porque engendrados em certas circunstâncias, por isto mesmo não podem ser confundidos com uma verdade que independa dessas mesmas circunstâncias. Eles prevaleceram sobre os princípios que regeram a vida durante a Idade Média, não porque a forma de vida então dominante contrariasse a natureza humana, mas sim porque o mundo feudal não foi capaz de suportar o desenvolvimento de suas próprias necessidades. Uma sociedade se encontra em crise quando ela tem a imperiosa necessidade de atender a uma certa exigência, mas que, em atendendo-a, ela contraria a sua própria natureza. É porque o prosseguimento da existência social se encontrava ameaçado, e porque a classe que comandava os destinos dos outros setores sociais não é mais capaz de definir novas bases para a convivência social, que surge a necessidade de novos princípios que sejam capazes de conceber a vida em moldes, não só diferentes, mas totalmente diversos dos que existiam até então. Le Trosne dirá que a sociedade feudal é um “regime contrário à ordem”. Grande parte do esforço teórico da Economia Política concentra-se na demonstração de que a nobreza não é mais uma classe ativa. Até mesmo a classificação que Bacon faz da ciência, como “ciência ativa”, traz impressa a marca da distinção que se quer fazer entre uma época que passava a se identificar com o imobilismo e a nova época que se apresentava como pura atividade. Monchrétien situa esta questão de uma forma exemplar:

O homem nasceu para viver em contínuo exercício e ocupação. A vida contemplativa, na verdade, é a primeira e a que mais se aproxima de Deus, mas sem a ação ela permanece imperfeita e possivelmente mais prejudicial do que útil às Repúblicas... Por isto, a ação, misturando-se às vezes com a contemplação, traz grandes benefícios à sociedade humana... Estando as ocupações civis tolhidas e como que adormecidas no seio da contemplação, a República necessariamente entra em decadência. Ora, que a ação apenas não lhe seja mais proveitosa do que a contemplação sem a ação, a necessidade o prova sobejamente. É preciso concluir daí que se o amor da verdade deseja a contemplação, a união e o benefício de nossa sociedade procura e pede a ação.<sup>6</sup>

---

que os movia a se aliarem ou se coligarem não era outro senão tornar mais pesada a servidão. Quer quando queriam fomentar a guerra, quer quando queriam manter a paz, em qualquer destes casos eles cuidavam em transformar em proveito próprio tanto o fortalecimento quanto o enfraquecimento de seus povos.” (RAYNAL, 1981, p. 309)

<sup>6</sup> MONTCHRETIEN, Antoyne de. **Traicté de l'Oeconomie Politique**. Dédié en 1615 au Roy et à la Reyne Mèr du Roy. Genebra: Slatkine Reprints, 1970. Réimpression de l'edition de Paris, 1889, p. 21 e 22-23.

Depois de mencionar Aristóteles, precisamente para confirmar o caráter social da natureza humana, Montchrétien prossegue, reafirmando a sua convicção de que a natureza humana se confunde com a ação:

Disso se segue que o ato mais importante que se possa praticar no Estado é não permitir que nenhuma de suas partes permaneça ociosa; por conseguinte, trata-se de um cuidado tão útil quanto honroso polir com indústria e discernimento as faculdades naturais dos homens que vivem nesta mesma República, torná-los ao mesmo tempo proveitosos e lucrativos à manutenção e conservação do conjunto universal do qual são membros vivos, fazendo sobressair em todas as suas vicissitudes a ação como sendo o único espírito vital que lhe permite ter um pulso vigoroso, testemunho de sua perfeita saúde.

Toda nova ciência precisa, antes de tudo, definir o que ela entende por “homem”. Toda nova ciência nasce num momento de profunda transformação nos rumos da sociedade humana, o que vale dizer num momento em que o antigo homem não consegue mais reproduzir o seu antigo modo de ser. Surge, então, um novo homem. Este novo homem sente a necessidade urgente e imperiosa de dizer o que ele é em contraposição ao homem que não consegue reproduzir mais a existência social. É preciso, nesta definição do que o homem é, eliminar tudo que guarde qualquer semelhança com o homem que está deixando de ser<sup>7</sup>. Decadência e luta contra a decadência é o que caracteriza estes momentos históricos<sup>8</sup>. A aristocracia passa a fazer, como D. Quixote, uma “triste figura”. Um país inteiro, a Espanha, fenece porque, como diz Cadalso, até o sapateiro ou o ferreiro querem ter o título de *don*. Não é por acaso que a literatura espanhola é uma das mais expressivas na caracterização desse personagem que se enquista na sua antiga posição social e que prefere a morte a ter que se negar na figura de um ente industrioso. Para a aristocracia era uma questão de honra não se confundir com o servo, já que para ela o trabalhador não podia ser senão um servo. Contra esta concepção levanta-se a voz

---

<sup>7</sup> Estabelecer a distinção entre as duas épocas é a condição para se ter as ideias claras. É este esforço que constitui a base mesma da filosofia de Descartes.

<sup>8</sup> Espero, Senhores, que estas expressões *sociedade em dissolução*, *sociedade que perece* não vos perturbem e que possais discernir o seu verdadeiro sentido. Uma sociedade só entra em dissolução quando uma outra sociedade nova fermenta e se forma em seu seio; existe aí um trabalho oculto que tende a separar os elementos que a compõem e fazer com que eles entrem em novas combinações. Semelhante desorganização revela que os fatos mudaram, que as relações e o modo como estão dispostos os homens não são mais os mesmos, que outros princípios, outras formas preparam-se para tomar os seus lugares (GUIZOT, 1888, p. 251).

de uma classe para a qual todo homem tem uma capacidade em seu próprio corpo, o trabalho, o qual lhe permite produzir a sua própria vida.

Pode parecer estranho atribuir à aristocracia, e, na verdade, a toda uma época, semelhante comportamento. Para quem vive na sociedade regida pelo capital não é muito fácil entender como, em determinado momento, os indivíduos passaram a acreditar que a sua existência pudesse independe do trabalho e estivesse garantida pelo simples fato de terem nascido. Uma outra dinâmica toma conta dos indivíduos, e é ela que os faz pensar que os privilégios são suficientes para garantir a existência. Com base nesta visão se constrói um ideário que serve de justificativa ao abandono das atividades produtivas. Sob este aspecto, é dramática a situação vivida pela Espanha:

[...] y así vemos que de ordinario están mas ricas las tierras estériles que las fértiles, porque estas se contentan con la limitada ganancia de los frutos naturales, y aquellas con lo industrial de los oficios suplen y aventajan lo defectuoso de la naturaleza en no haberlas fertilizado; y así España, donde son pocos los que se aplican a las artes y oficios mecánicos, pierde el útil que pudiera tener en beneficiar tantos y tan aventajados frutos naturales como tiene.<sup>9</sup>

Não é por outro motivo que a Economia Política faz a exaltação, em contraposição a esta concepção, de uma outra forma de se conceber a vida. Vem, em primeiro lugar, o trabalho. Dele se deduz o entendimento de todas as formas de existência individual e social. É em torno do *trabalho* que girarão todos os conceitos da Economia Política, e estes conceitos vão se tornando cada vez mais claros à medida que as velhas classes da sociedade feudal vão sendo derrotadas e dando lugar a uma nova sociedade, ou seja, a outras classes. Quesnay inicia o seu acerto de contas com a velha sociedade afirmando algo muito elucidativo a respeito do caráter histórico e de classe da ciência para a qual ele contribuiu como poucos. O *Quadro Econômico* se inicia com esta pérola a respeito das mudanças profundas havidas na sociedade francesa: “A nação ficou reduzida a três classes de cidadãos: a *classe produtiva*, a *classe dos proprietários* e a *classe estéril*.”<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> NAVARRETE, Pedro Fernandes. **Conservación de Monarquias**: Discurso XVI: De los medios para la población de Castilla, p. 479. Biblioteca de Autores Españoles.

<sup>10</sup> Chamo, em primeiro lugar, a atenção do leitor para o fato de que é pelas classes que um dos mais importantes economistas políticos dá início ao seu acerto de contas com o passado. A *classe produtiva* é uma classe nova, é a classe que fala por intermédio da Economia Política. Os esquemas econômicos contidos no *Quadro Econômico* não são senão a representação contábil da substituição da velha ordem social por uma organização da produção que subordina todas as outras classes da sociedade à nova classe. Quesnay examina a contabilidade e não encontra mais a velha sociedade no livro-razão.

Não cabe aqui discutir o que a fisiocracia entendia por classe estéril. O que interessa presentemente ao nosso caso é deixar assinalado qual é o ponto de partida da Economia Política: são as classes. E muito mais do que isto: são as classes nascidas com as novas circunstâncias históricas e a sua oposição às velhas classes que constituíam a sociedade feudal<sup>11</sup>. Como já disse anteriormente, somente na medida em que esta oposição vai se clarificando e se tornando a questão fundamental deste período histórico é que se levanta o clamor por uma nova ordem nas relações sociais e começa a surgir um novo corpo teórico diverso daquele que predominara até então. É o que nós conhecemos propriamente com o nome de Economia Política<sup>12</sup>. Ao mesmo tempo em que esta ciência se nutre do conflito entre as novas forças e as resistências interpostas pelas antigas classes, nesta mesma medida ela contribui para indicar os caminhos que devem ser perseguidos por aquelas forças. Qualquer discussão a respeito do corpo teórico constitutivo da Economia Política que não leve em consideração este aspecto corre o risco de fazer desta ciência algo estranho à sua natureza. Não entender, por exemplo, que os conceitos básicos da Economia Política não são inteligíveis senão quando referidos a esta situação significa descurar o que eles têm de mais significativo. Tomemos alguns exemplos a respeito desta questão.

Como é que Locke define a propriedade? Em oposição ao que dizia a nobreza, ou seja, que a propriedade era uma dádiva de Deus, ele dirá que todo homem tem a propriedade em seu próprio corpo e que pelo trabalho ele torna o que é comum propriedade sua. Eis o que afirma Locke no *Segundo Tratado sobre o Governo*:

Ainda que a terra e todas as criaturas inferiores pertençam em comum a todos os homens, cada um guarda a propriedade de sua própria pessoa; sobre esta ninguém tem qualquer direito, exceto ela. Podemos dizer que o trabalho de seu corpo e a obra produzida por suas mãos são propriedade sua. Sempre que ele tira um objeto do estado em que a natureza o colocou e deixou, mistura nisso o seu trabalho e a isso acrescenta algo que lhe pertence, por isso o tornando sua propriedade. Ao remover este objeto do estado comum em que a natureza o colocou, através do seu trabalho adiciona-lhe algo que excluiu o direito comum dos outros homens. Sendo este trabalho uma propriedade inquestionável do

---

<sup>11</sup> Smith inicia a sua monumental obra com a divisão do trabalho, e o título que encabeça o primeiro capítulo diz o seguinte: “Das causas das melhorias nas forças produtivas do trabalho, e da ordem segundo a qual o seu produto é naturalmente distribuído entre as diferentes classes do povo”.

<sup>12</sup> Pelo que sabemos, o termo “*Economia Política*” aparece, pela primeira vez, como título de uma obra, em 1615. Trata-se do *Traicté de l’Oeconomie Politique*. 1889. O termo economia política é raro até o século XIX, quando, então, se generaliza. A maior parte, no entanto, dos tratados que defendem a nova ordem social costumam ter como título o assunto específico de que tratam. A partir da metade do século XVIII os títulos se tornam mais gerais.

trabalhador, nenhum homem, exceto ele, pode ter o direito ao que o trabalho lhe acrescentou, pelo menos quando o que resta é suficiente aos outros, em quantidade e em qualidade.<sup>13</sup>

Por sua vez, Benjamin Franklin definirá posteriormente o comércio como troca de trabalho por trabalho, querendo significar, com isto, que a medida do que se troca é o próprio trabalho. O que é que, em última análise, constitui, para Adam Smith, a riqueza? Não é por acaso que ele começa a sua obra pela divisão do trabalho. A opulência de uma nação, dirá ele, será tanto maior quanto mais dividido for o trabalho. Portanto, a riqueza de um país encontra-se em sua organização social<sup>14</sup>. A organização social que Smith combatia impedia a divisão do trabalho. Ele conclui que é preciso destruir os regulamentos corporativos para instaurar uma maior divisão do trabalho. Todos estes argumentos - e uma infinidade deles que poderíamos aqui arrolar - se resumem a um único objetivo: contribuir para desalojar de suas posições privilegiadas as classes que compunham a velha ordem. Para tanto, a Economia Política representará um esforço por definir uma nova ética, querendo isto significar que ela exalta tudo aquilo que se opõe aos cânones da nobreza, atacando-os frontalmente, condenando-os em todos os seus aspectos e identificando-os como contrários à própria vida. A aristocracia é motivo de críticas que a identificam com o reino da sem-razão. *Dom Quixote* é apenas um modelo exemplar da ridicularização generalizada que se faz em toda a literatura deste período, dos costumes e hábitos aristocráticos.

Vejamos o que nos diz Montchrétien sobre esta nova ética:

Enganam-se aqueles que medem a felicidade de um Estado simplesmente pela virtude em si mesma considerada, e pensam que esta vida, agitada como é pelo apetite do ganho, lhe seja totalmente contrária. Não estamos mais naqueles tempos em que as pessoas se alimentavam das bolotas que caíam dos carvalhos, quando os frutos que a terra produzia e a água pura eram grandes delícias. São muito mais as coisas que atualmente são requeridas para a manutenção da vida. É verdade que a abundância é grande, mas é preciso possuí-las para desfrutá-las...

---

<sup>13</sup> LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil e outros Escritos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994, p. 98. Clássicos do Pensamento Político.

<sup>14</sup> Pela leitura de **A Riqueza das Nações** jamais se ficará sabendo qual é a riqueza material da Inglaterra ou de qualquer outra nação na época em que Adam Smith escreveu. Para ele tanto faz que a divisão do trabalho seja mais desenvolvida na produção de alfinetes ou de trigo, cevada ou qualquer outro produto. Que a riqueza é função do desenvolvimento social e com ele se confunde é algo que fica mais claro na leitura dos economistas políticos, tanto franceses quanto ingleses. Mesmo que esta seja uma questão problemática em se tratando da Fisiocracia, mesmo isto não altera o seu caráter de ciência eminentemente política, que lhe é dado pelas transformações sociais que abalam a França no século XVIII.



Por isto é que todas estas belas contemplações da maior parte dos filósofos não passam de idéias, que não servem senão para uma República onde não se trabalhasse e não se agisse. O todo não pode existir sem as suas partes: há os que mandam e se movem e os demais que são comandados e são postos em movimento. As mãos que fazem e os pés que transportam são tão necessários ao concurso da alma como os olhos que vêem e os ouvidos que ouvem. O próprio Aristóteles, que parece, ao pretender estabelecer uma república feliz e perfeita sob todos os aspectos, ter chegado à conclusão que ela poderia dispensar os comerciantes, ao final, no entanto, não pôde negar que eles são tão necessários quanto os trabalhadores, os soldados e os juizes. E todos os discursos dos filósofos, contrários a este modo de pensar, estabelecido e fundado na própria necessidade, não passam de quimeras. (MONTCHRETIEN, 1970, p. 138-9)

Como é que Smith define a substância do relacionamento entre duas pessoas e a razão da sua dependência necessária uma com relação à outra? Pelo interesse particular de cada uma. Ao contrário do que se possa pensar, o egoísmo, diz Smith, as une indissolúvelmente e as torna, por isso, elementos necessariamente sociais. O que importa a esta nova ética é afirmar que os antigos laços sociais não prendem mais os indivíduos. Os homens, agora, são unidos pelo comércio.

Mas, embora um animal, quando já tenha atingido a sua maturidade, raramente precise da ajuda dos seus companheiros, um homem tem necessidade quase permanente da ajuda de seus semelhantes, mas, apesar disso, ele não deve esperá-la apenas da benevolência deles. Com muito mais probabilidade ele será bem-sucedido se conseguir incitar o egoísmo deles em seu próprio favor, e mostrar-lhes que é do interesse deles fazer para ele o que ele lhes solicita. Quando uma pessoa propõe a uma outra uma barganha de qualquer tipo, na verdade ela lhe propõe o seguinte: 'Dá-me o que eu preciso e terás o que precisas'. Este é o único significado de toda e qualquer proposta. É este o modo como obtemos uns dos outros a parte mais significativa daqueles bons ofícios de que necessitamos. Não é da boa vontade do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que depende o nosso jantar, mas do interesse deles. Nós nos dirigimos, não à humanidade deles, mas ao seu egoísmo, e nunca lhes falamos de nossas próprias necessidades, mas de suas vantagens. Ninguém, a não ser um mendigo, opta por depender principalmente da benevolência de seus concidadãos. Mesmo um mendigo não depende dela inteiramente. Se o fizesse, morreria numa semana. A caridade das pessoas bem situadas pode, na verdade, suprir-lhe talvez de tudo o que ele precisa para sua subsistência. Mas, embora este princípio atenda, afinal, às suas necessidades, não obstante isso ele não pode atendê-las, nem de fato as atende, no momento em que a sua necessidade se manifesta. A maior parte de suas necessidades ocasionais são satisfeitas da mesma maneira como o são as de outras pessoas, pela negociação, pela permuta e pela compra. Com o dinheiro que alguém lhe dá, ele compra os alimentos. As roupas velhas que outra pessoa lhe dá, ele as troca por outras roupas mais apropriadas, ou por habitação e alimento, ou

por dinheiro, com o qual ele pode comprar alimentos, roupas e habitação, conforme as suas necessidades.<sup>15</sup>

A nova classe que surge se torna, por isso, paladina da liberdade. Os reclamos de liberdade de comércio, de liberdade do trabalho, de liberdade da agricultura, de liberdade da indústria, de livre concorrência, tanto do capital quanto do trabalho, fazem parte da luta contra todo tipo de regulamentos, de incentivos, de monopólios, de restrições, de preferência por este ou aquele tipo de produto agrícola ou industrial em detrimento de um outro qualquer. Enfim, a nova classe combate todo e qualquer tipo de protecionismo e exalta a concorrência porque esta é a sua arma na liquidação da velha ordem. As classes em declínio concebem todo tipo de peias para impedir o desabrochar de forças sociais que contrariem o seu modo de existência. Estas, por sua vez, não podem existir senão proclamando a destruição de todos os empecilhos interpostos à sua ação. Não se deve considerar esta defesa da liberdade como algo que transcende as circunstâncias históricas. Mas, ao mesmo tempo, não se deve menosprezar o seu significado porque ele esteja identificado substancialmente a determinados interesses. Tais interesses não são menos reais, verdadeiros ou legítimos por serem fruto de circunstâncias produzidas historicamente. Aliás, eles só são verdadeiros e reais exatamente porque foi a história que os produziu. Queremos dizer com isto que os princípios desta nova ética foram um dia criados, ou seja, não existiram desde sempre, e nem existirão para todo o sempre. Não é possível desvincular a forma que tomaram as forças emergentes das circunstâncias nas quais se deu a formação da época moderna.

A liberdade então proclamada era a condição para que as novas relações não sucumbissem em nome da defesa da velha ordem social. Ela é um dissolvente usado contra as relações sociais em processo de dissolução. Montesquieu dirá, inclusive, que a liberdade conta mais para a produção da riqueza do que a fertilização da terra. Liberdade e igualdade são os dois pilares sobre os quais se erguem os fundamentos da nova sociedade.

A velha sociedade fundamentava-se na desigualdade e esta era a sua forma natural de existir. A nobreza tinha como princípio de sua existência como classe dirigente e dominante a desigualdade entre ela e as demais classes da sociedade. Esta desigualdade, vista a partir dos princípios que regem a nova sociedade, pode parecer algo contrário à natureza humana ou algo mantido pela força ou artificialmente. O ideário da nova

---

<sup>15</sup> SMITH, Adam. **The Wealth of Nations**: Esboço primitivo de parte de A Riqueza das Nações. The Modern Library, 1965, I. I., p. 48-49.

sociedade se impregnou desta ideia, e com razão fez dela um contrapeso para afirmar a sua defesa da igualdade de todos. É preciso que se diga que tudo o que constituía a sociedade feudal passou a ser considerado, no momento em que sua crise se tornou irreversível, adverso à convivência humana. É necessário acrescentar que *comércio livre, liberdade do trabalho*, não significam acrescentar *liberdade* às relações comerciais e de trabalho até então existentes. Pensar assim, é o mesmo que achar que ao comércio e ao trabalho existentes faltava liberdade. Liberdade e igualdade são os nomes pelos quais virão a ser conhecidas as novas relações sociais.

O que de fato ocorreu foi uma profunda transformação na natureza humana. Quando a Economia Política define esta nova natureza humana, ela o faz em contraposição àquela natureza que está deixando de ser humana porque todos os seus atos se voltam contra si mesma. Em seu processo de transformação, a sociedade feudal ia se convertendo, por um lado, em alucinação, delírio e ridicularia e, por outro, sob o comando de uma nova classe, em afirmação de que a vida é pura atividade, é produção de si mesma. Isto quer dizer que todas as categorias da Economia Política não são senão um esforço por definir a natureza do novo homem. Em consonância com o que o exige a nova época, Espinosa define, a seu modo, de maneira magistral, os atributos próprios deste novo homem:

É sobretudo quando cada homem procura o que lhe é útil que os homens são mais úteis uns aos outros. Pois quanto mais cada um procura o que lhe é útil, mais ele está dotado de virtude, ou, o que significa a mesma coisa, maior é o seu poder para agir segundo as leis da natureza, isto é, para viver segundo o que manda a Razão. Ora, é quando os homens vivem segundo o que manda a Razão que melhor eles se põem de acordo segundo a natureza. Portanto, os homens são tanto mais úteis uns aos outros quanto mais cada um procura sobretudo o que lhe é útil.<sup>16</sup>

Toda ciência nova define a sua estruturação lógica ao posicionar-se frente a esta necessidade, ou seja, saber a respeito de que homem ela está tratando. Isto vale para todas as ciências, mesmo porque, sob este aspecto, não existe diferença entre o que se costuma denominar de ciência humana ou de ciência física, ou da natureza<sup>17</sup>. A física de Galileu foi condenada pela Igreja porque ela contrariava o poder de Deus, ou seja, aquilo

---

<sup>16</sup> ESPINOSA. L'Éthique. In: **Oeuvres Complètes**. Texte traduit, présenté et annoté par Roland Caillois, Madeleine Françoise et Robert Misrahi. Paris: Éditions Gallimard, 1954, p. 517. Bibliothèque de la Pléiade.

<sup>17</sup> “A verdadeira ciência e o verdadeiro estudo do homem é o homem”. CHARRON, Pierre. De la sagesse, (1601), In: **Los Filósofos del Renacimiento**, Selección de Textos por Clemente Fernandez, p. 382. Biblioteca de Autores Cristianos.

que havia de mais humano na Idade Média. O mundo dos homens é essencialmente político, e toda ciência é, por este motivo, política. Sobre esta questão vale citar um dos maiores pensadores de todas as épocas, estamos falando exatamente de Aristóteles.

Depois de dizer que “toda arte e toda indagação, assim como toda ação e todo propósito, visam a algum bem; por isto foi dito acertadamente que o bem é aquilo a que todas as coisas visam”, Aristóteles continua afirmando:

Não terá então uma grande influência sobre a vida o conhecimento deste bem? Não deveremos, como archeiros que visam a um alvo, ter maiores probabilidades de atingir assim o que nos é mais conveniente? Sendo assim, cumpre-nos tentar determinar, mesmo sumariamente, o que é este bem, e de que ciências ou atividades ele é o objeto. Aparentemente ele é o objeto da ciência mais imperativa e predominante sobre tudo. Parece que ela é a ciência política, pois esta determina quais são as demais ciências que devem ser estudadas em uma cidade, e quais são os cidadãos que devem aprendê-las, e até que ponto; e vemos que mesmo as atividades tidas na mais alta estima se incluem entre tais ciências, como por exemplo a estratégia, a economia e a retórica. Uma vez que a ciência política usa as ciências restantes e, mais ainda, legisla sobre o que devemos fazer e sobre aquilo de que devemos abster-nos, a finalidade desta ciência inclui necessariamente a finalidade das outras, e então esta finalidade deve ser o bem do homem. Ainda que a finalidade seja a mesma para um homem isoladamente e para uma cidade, a finalidade da cidade parece de qualquer modo algo maior e mais completo, seja para a atingirmos, seja para a perseguirmos; embora seja desejável atingir a finalidade apenas para um único homem, é mais nobilitante e mais divino atingi-la para uma nação ou para as cidades. Sendo este o objetivo de nossa investigação, tal investigação é de certo modo o estudo da ciência política.<sup>18</sup>

Por que é que as novas classes que emergem da decadência feudal falam de igualdade quando é sabido que, conquanto elas difiram radicalmente das classes anteriores, nem por isso a nova sociedade deixa de se organizar tendo como fundamento precisamente a existência das classes, isto é, aquilo que se considera normalmente como a base mesmo da desigualdade? A resposta a esta pergunta se encontra no modo como se formavam as classes da sociedade feudal, e como elas passarão a se formar a partir do momento em que os laços sociais feudais se tornam frouxos. Embora esta não seja uma questão de fácil apreensão, o que precisa ficar entendido é que um membro da alta nobreza era mesmo diferente de um indivíduo da baixa nobreza, e esta diferença era ainda mais acentuada quando se tratava de um nobre e de um plebeu. A igualdade estava naturalmente excluída desta sociedade. Aqueles que consideram que os homens são iguais

---

<sup>18</sup> ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985, p. 17-18.

por natureza e que é a sociedade que os torna desiguais deveriam pensar melhor na impropriedade desta sua afirmação, pois não existem homens fora de uma determinada relação social. Se excluirmos esta relação, na verdade não sobram homens. Como os homens estão numa determinada relação, assim são eles. Por esta razão é que afirmamos que a natureza humana é social. É este, portanto, o ponto de partida para se entender o que estamos querendo dizer a respeito da diferença entre o homem na sociedade feudal e o homem da nova sociedade. Sem este entendimento não é possível saber corretamente do que se trata quando todos os pensadores da época moderna contrapõem o *homem comum*, ou a *igualdade*, às diferenças sociais próprias da sociedade feudal. A diferença era um dos móveis mais importantes do funcionamento da sociedade feudal. Se pudéssemos abstratamente pensar em introduzir a igualdade nesta sociedade, como se a igualdade fosse algo que independesse da forma social, teríamos como resultado, não a igualdade, mas a desagregação social.

Para que o leitor possa dimensionar melhor o alcance histórico dos conceitos fundamentais da Economia Política, destacamos aqui alguns deles, deixando que os próprios protagonistas desta história mostrem, eles próprios, como a nova ciência não é uma *boa invenção* de algumas cabeças privilegiadas, mas sim o sofrido processo de fazer surgir uma nova sociedade dos escombros da velha ordem feudal. As vicissitudes por que passam as categorias da Economia Política não são senão outras tantas formas de afirmação da nova ordem social em contraposição à velha ordem.

Para ilustrar esta questão, escolhemos dois conceitos básicos da Economia Política. São eles *valor* e *preço*.

## **Teoria do Valor**

Penso que as questões essenciais da Economia Política giram fundamentalmente em torno da sua *teoria do valor*. Eu entendo que é aí que vai se concentrar grande parte dos esforços dos economistas políticos com o objetivo de definir qual o novo caráter das forças da produção. O que sinteticamente contém a teoria do valor é a luta dos setores avançados da sociedade para que as forças da produção sejam plenamente utilizadas. Com a sua teoria do valor, a nova classe combate a dissipação das riquezas e o mau uso do trabalho. Podemos dizer que a teoria do valor nasce do enfrentamento com os monopólios e com as corporações. Por esta razão, seus termos têm que ser os mais precisos e exatos. Como acentua Quesnay, a prática social não pode ficar sujeita a imprecisões:

Neste nosso mundo, tudo está sujeito às leis da natureza: os homens são dotados da inteligência necessária tanto para conhecê-las como para observá-las; mas a multiplicidade de objetos exige grandes combinações, as quais constituem a base de uma ciência evidentemente de longo alcance cujo estudo é indispensável se quisermos evitar os erros na prática.<sup>19</sup>

A fim de acompanharmos em alguns de seus aspectos a teoria do valor, vamos tomar aqui algumas das suas manifestações entre os economistas políticos ingleses, de um lado, e os fisiocratas, de outro. Começemos com estes últimos.

Para a fisiocracia, o *valeur*, que poderíamos também chamar de valorização, resulta do uso não-feudal das forças produtivas. As forças produtivas feudais são, para os fisiocratas, o *non-valeur*. Vejamos o que diz Le Trosne a este respeito:

Mas, como disse, o valor não pode ser mantido senão por uma forte reprodução que forneça os meios para se comprar por um bom preço. Um cultivo degradado torna-se, portanto, uma nova causa de não-valor, que reage sobre a reprodução e a diminui mais ainda. Estas duas causas têm um efeito recíproco: é pelo não-valor que a reprodução começa a se enfraquecer, e é somente pelo restabelecimento do valor que ela pode se recuperar. A terra está sempre pronta a abrir o seu seio desde que os governos cessem de colocar-lhe obstáculo por meio de um regime contrário à ordem.

Segundo a concepção fisiocrática, o valor é a realização da ordem natural, ou seja, a realização das forças produtivas livres de qualquer impedimento de ordem institucional. A liberdade é a força determinante do valor, ou seja, é só na medida em que as forças da produção possam atuar sem as restrições do *governo feudal* - terminologia própria dos economistas políticos - que a reprodução social se faz em toda a sua plenitude. Portanto, é, na verdade, um verdadeiro programa de reorganização da sociedade que aqui se chama de *valor*. É ainda Le Trosne quem afirma:

O valor dos produtos é, portanto, o termômetro da abastança privada e da prosperidade pública porque ele decide o preço pelo qual pode ser feito o consumo, sendo que a venda a um bom preço é ao mesmo tempo efeito e causa de uma forte reprodução.

[...] O valor, tão importante para o sucesso do cultivo e da prosperidade da nação não é um valor relativo simplesmente ao dinheiro, ocasionado por sua abundância, e a que se dá tanta importância, e que induz tanta gente ao erro quando se compara os preços de um século com os de outro. Ele não é um valor artificial,

---

<sup>19</sup> QUESNAY, François. **Tableau Économique des Physiocrates**. Paris: Calmann-Lévy, p. 51. Col. Perspectives Economiques, Les Fondateurs.

proporcionado por subsídios e incentivos ou pelo monopólio exercido por companhias privilegiadas, ou pela carestia que provém da escassez dos produtos: ele é um valor constante, uniforme, produzido por um forte consumo, que procede da opulência geral, que não sofre senão as variações da ordem física e as torna quase insensíveis por meio da facilidade das comunicações; que é mantido pela liberdade e imunidade do comércio interno e externo, e que abarque todos os produtos. Isto porque, se uma é onerada enquanto a outra permanece livre, a justiça não é respeitada; os proprietários daquela que é constrangida são lesados em suas trocas; eles só podem vender a um preço aviltado e são forçados a comprar ao preço verdadeiro.

Parece não restar nenhuma dúvida a respeito do caráter histórico da *nova medida do valor*. Fica claro que a medida do valor é a luta que trava a nova classe para que as forças produtivas operem com toda liberdade. Não é difícil concluir que a dupla *valor e liberdade* são elementos fundamentais da ciência desta nova classe. É ainda Le Trosne quem o diz categoricamente:

O resultado desta discussão é que o valor dos produtos [...] só se encontra em sua taxa natural, que é a única favorável aos produtores, aos proprietários e aos consumidores, quando reina a liberdade.

A Economia Política inglesa defende exatamente os mesmos princípios. Numa passagem lapidar dos seus *Princípios de Economia Política*, Ricardo afirma precisamente o primado da liberdade na determinação do valor e dos preços das mercadorias. Ao lançar as bases teóricas para a sua argumentação acerca da determinação do valor, ele assim se expressa logo no início do primeiro capítulo:

Ao falar, portanto, das mercadorias, do seu valor de troca e das leis que regulam seus preços relativos, referimo-nos, sempre, somente àquelas mercadorias cuja quantidade pode ser aumentada com o emprego da indústria humana e em cuja produção a concorrência opera sem restrições.<sup>20</sup>

É extremamente ilustrativa desta questão a polêmica que Ricardo travou com Malthus a respeito das categorias da Economia Política. Como não poderia deixar de ser, o conceito de valor está no centro mesmo desta disputa. Coerente com as ideias que expõe em outros trabalhos e em suas cartas, Ricardo deixará claro que a medida que ele

---

<sup>20</sup> RICARDO, Davis. *The Principles of Political Economy and Taxation*. Everyman's Library, 1978, p. 6. Dentro ainda deste espírito, reproduziremos esta pequena passagem de Le Trosne: "A liberdade do comércio é condição necessária para se conseguir o melhor valor possível".

toma para determinar o valor de uma mercadoria não é uma abstração, pois essa medida só é obtida com o pleno uso das forças da produção. A controvérsia entre Ricardo e Malthus ilustra o que viemos dizendo até agora a respeito das categorias da Economia Política e da sua estruturação lógica. Enquanto Ricardo define *valor* em contraposição às restrições à liberdade de circulação do trabalho e do capital, Malthus não sai do plano das palavras. Isto leva Ricardo a dizer o seguinte a respeito do modo como Malthus entende os conceitos daquela ciência: “Mas minha queixa contra o Senhor Malthus agora é que ele não usa a minha linguagem coerentemente, e nem a sua”.<sup>21</sup>

É preciso que se diga que a coerência de Ricardo não diz respeito senão a uma exigência de expor as ideias segundo critérios sociais e, que, por isso mesmo, se atenda ao único requisito para que o pensamento não seja um jogo de palavras, ou seja, que ele expresse o movimento das forças que atuam socialmente.

## Preço Natural

Tratemos brevemente deste outro conceito fundamental da Economia Política e da Fisiocracia. O *preço natural* é o preço que decorre do pleno uso das forças produtivas e que permite a reprodução das várias classes sociais, ou seja, as partes que compõem os preços dos produtos devem se distribuir de forma a reproduzir a sociedade. É isto o que preceitua Adam Smith ao definir o que é preço natural:

Quando o preço de uma qualquer mercadoria não é mais nem menos do que o que é suficiente para pagar a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do capital empregado na sua produção, no seu preparo e na sua colocação no mercado, em conformidade com as suas taxas naturais, a mercadoria é então vendida pelo que pode ser chamado de seu preço natural.<sup>22</sup>

Portanto, quando a Economia Política fala de preço, ela não está tratando simplesmente da quantidade de dinheiro que se troca por uma determinada mercadoria, mas do modo como os indivíduos, em sua realidade concreta, ou seja, enquanto classes, se reproduzem em determinadas circunstâncias históricas. Por isto a denominação de

---

<sup>21</sup> RICARDO, David. **Notes on Malthus**, p. 126.

<sup>22</sup> SMITH, Adam. **The Wealth of Nations**. The Modern Library, 1965, l. I, cap. VII. p. 55. Vejamos o que diz Ricardo a este respeito: “O produto da terra - tudo o que é extraído da sua superfície pela aplicação conjunta do trabalho, da maquinaria e do capital é dividido entre três classes da comunidade, isto é, o proprietário da terra, o proprietário do capital necessário ao seu cultivo e os trabalhadores com cujo trabalho ela é cultivada”.



*preço natural*, pois que se trata daquele preço que corresponde à natureza daquela combinação de classes que entra na composição do produto.

Para concluir este ponto, passemos a palavra ao incisivo Le Trosne:

Não é demais repetir, pois são tantas as pessoas que ainda não o entendem, que o preço ao qual fazem jus os proprietários não é um preço indefinido, mas unicamente aquele que resulta da liberdade e da supressão de todos os obstáculos artificiais que se opõem ao preço natural.<sup>23</sup>

Isto significa que o *preço natural* é uma das armas com a qual a nova sociedade propugna por sua existência.

*Valor e preço natural*, como os demais conceitos da Economia Política, são produto de um longo processo em que se defrontam duas civilizações. Não são alheias à sua correta definição e à sua precisão científica as convulsões todas que dão nascimento ao mundo moderno. Guerras intermináveis, escravização de grande parte do Continente africano, o domínio de povos inteiros por umas poucas nações, dissensões de todo tipo entre nações e povos e dentro de todas as nações, cismas religiosos, tudo isto forjou novos conceitos de vida. São estes, em grande parte, os conceitos da nova ciência. O preço só se define como natural, por exemplo, no momento em que a natureza da nova ordem social a distingue da velha sociedade feudal.

A seleção e a organização das obras que compõem este volume têm como objetivo principal divulgar mais amplamente as questões aqui expostas, introduzindo o leitor numa visão diferente daquela que tem predominado a respeito do significado da ciência econômica.



---

[www.icgilbertoluizalves.com.br](http://www.icgilbertoluizalves.com.br)

---

<sup>23</sup> “E pelo que toca às taxas, já não padece dúvida que só a ilimitada liberdade pode assinar a cada gênero o seu preço natural, que é precisamente o mais conforme ao verdadeiro interesse do Lavrador, e Consumidor, e o único que se conforma com a Justiça.” BRITO, Rodrigues de. Resposta aos Quesitos do Governador. In **A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX**. Salvador: Livraria Progresso, p. 143-4.